



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 88/2015, interposto pelo Senhor Deputado BETO FARO, contra decisão em questão de ordem proferida pela Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, na reunião de 12 de novembro de 2015, que indagava sobre os procedimentos adotados na apreciação do Requerimento n. 201/2015, que solicita a convocação do Senhor Ministro de Estado da Justiça.

O recorrente alega que o referido requerimento não foi submetido ao regramento contido no art. 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, não sendo permitida a discussão da matéria. Ele cita o Requerimento n. 136/2015 que foi discutido pela Comissão em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2015.

Alega, também, o recorrente que o Deputado Bohn Gass estava indicado para fazer Comunicação de Liderança pelo Partido dos Trabalhadores – PT –, mas o Presidente da Comissão negou o uso da palavra pelo Deputado. Por fim, afirma que a Presidência da Comissão deixou de submeter ao Plenário do Colegiado requerimento de quebra de interstício para votação nominal do Requerimento n. 201/2015.

Instado a se manifestar, o Presidente da Comissão informou que de maneira não usual, a ata da reunião anterior, após aprovação pelo processo simbólico, foi submetida à votação nominal a requerimento do recorrente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em seguida, passou-se à apreciação do requerimento impugnado, quando foi feita uma questão de ordem pelo Deputado Bohn Gass, solicitando a aplicação do art. 57, inciso VII do RICD, que estabelece que os membros da Comissão possam usar da palavra por quinze minutos na discussão das proposições.

Em contradição à questão de ordem, o Deputado Alceu Moreira invocou a regra contida no art. 117, inciso II e §1º do RICD, que veda a discussão dos requerimentos de convocação de Ministro apreciados pelo Plenário. O Presidente da CAPADR decidiu pela aplicabilidade do dispositivo citado e encerrou a discussão.

O Presidente da Comissão também informou que a Comunicação de Liderança foi negada ao Deputado Bohn Gass porque ele não é Vice-Líder do partido, não atendendo à regra contida no art. 66, § 1º do RICD. Quanto ao pedido de quebra de interstício, afirmou que o autor do pedido não teve o apoio necessário previsto no art. 184, § 4º do RICD.

É o relatório. **Decido.**

A Resolução n. 17/1989, que aprovou o Regimento Interno da Casa, previu, no seu art. 2º, a edição de um "Regulamento Interno das Comissões" que, até a presente data, não foi elaborado. Essa ausência de regimento específico das atividades próprias das Comissões enseja questionamentos como o trazido pelo recorrente.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesses casos, os Presidentes das Comissões possuem autonomia para conduzir as atividades dos Colegiados. A analogia é um dos mecanismos disponíveis para solucionar os impasses que se apresentam. O Presidente da CAPADR, ao buscar correspondência com o regramento existente para apreciação de requerimentos de convocação de Ministros pelo Plenário, agiu dentro dos limites de sua autonomia, não se vislumbrando irregularidade nesse ponto.

Quanto à negativa do uso da palavra pelo Deputado Bohn Gass para Comunicação de Liderança, mediante delegação feita pelo Líder do Governo, Deputado José Guimarães, assiste razão ao Presidente da Comissão. O Deputado Bohn Gass foi Vice-Líder do PT no período de 03 a 26 de fevereiro de 2015, não ocupando, no momento da delegação, o cargo de Vice-Líder nem do PT, nem do Governo.

Destaca-se que o § 1º do art. 66 do RICD é claro a respeito do ato escrito que delega esses poderes, exigindo que o Deputado designado para usar a palavra pela Liderança seja Vice-Líder:

*Em qualquer tempo da sessão, os Líderes, pessoalmente, ou **mediante designação escrita a Vice-Líder**, poderão fazer comunicações destinadas ao debate em torno de assuntos de relevância nacional. (grifei)*

O último ponto trazido no Recurso foi a não submissão ao Plenário da Comissão de pedido de quebra de interstício, que, segundo o Presidente da Comissão, não teve o apoio necessário – um décimo da composição da Comissão (art. 185, § 4º do RICD). Esclareço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que a CAPADR possui 52 vagas de membros titulares e 52 vagas de membros suplentes, portanto o requerimento deveria ser subscrito por, no mínimo, seis deputados.

A Questão de Ordem n. 368/2004 estabeleceu que o quórum a ser observado para propor a quebra de interstício na Comissão é a composição da Comissão e não do Plenário, vejamos:

Relativamente à segunda questão de ordem recorrida [indeferimento de requerimento de quebra de interstício por falta de apoio regimental], e por analogia ao procedimento adotado no Plenário, o quorum a ser observado nas comissões corresponde à proporção regimental aplicável aos seus membros, em cada situação, e não os de toda a Casa. Se foi outorgado poder aos membros de uma Comissão para analisar e decidir as proposições de sua competência, não caberia exigir participação de toda a Casa para deliberar sobre questões internas dessa Comissão. (Questão de Ordem n. 368/2004 – grifei)

Registre-se que o PT ocupa sete vagas na Comissão, das quais seis são ocupadas pelo Partido em função da proporcionalidade partidária e uma por cessão de vaga destinada ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. A possibilidade de cômputo de vaga cedida em Comissão para efeito de quórum de apoio já foi enfrentada na Questão de Ordem n. 338/2013, que tratava do pedido de verificação no âmbito das Comissões, quando se afirmou que:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*[...] **não serão consideradas**, para efeito de cálculo da representatividade em questão, **as vagas efetivamente ocupadas por partidos nas comissões em razão da cessão de vagas entre as bancadas** que eventualmente venha a ocorrer. (Questão de Ordem n. 338/2013 – grifei)*


Assim, a vaga cedida deve ser desconsiderada, utilizando como base as seis vagas ocupadas pelos Deputados: Beto Faro; Bohn Gass; João Daniel; Marcon; Valmir Assunção; e Zé Carlos. Logo, o requerimento deveria ter sido submetido ao Plenário da Comissão, viciando o procedimento que culminou com a convocação do Ministro.

Ante o exposto, **dou provimento ao Recurso n. 88/2015**, formulado pelo Senhor Deputado BETO FARO, e determino a anulação da votação do Requerimento n. 201/2015 realizado na CAPADR em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2015, renovando o processo de votação a partir do seu encaminhamento.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 05 / 01 / 2016.


EDUARDO CUNHA
Presidente